



Servidores pedem regulamentação de aposentadoria especial

Representantes de funcionários públicos defenderam a aprovação de lei que garanta à categoria o direito ao benefício por atividade de risco ou que prejudique a saúde

Em audiência pública na CDH, representantes de servidores reclamaram da falta de regulamentação do direito de aposentadoria especial para membros

da categoria que realizam trabalhos insalubres. Os debatedores criticaram também a Súmula Vinculante 33 do STF por não conceder, segundo eles, de maneira definitiva, o benefício. **2**

Geraldo Magela/Agência Senado



Em audiência pública no Senado, presidida por Paulo Paim, debatedores consideraram a Súmula Vinculante 33, do STF, apenas como uma solução para desafogar o Judiciário

Horário da Voz do Brasil será discutido hoje em audiência interativa

2

CPI da Petrobras deverá sugerir atualização de multas contra acidentes

3



Arquivo Público do DF

Presidente Juscelino Kubitschek acompanha transmissão da Copa pelo rádio

Arquivo S: em 1958, conquista da Copa emocionou senadores

Nos dias que se seguiram à primeira conquista de uma Copa do Mundo pelo Brasil, há 56 anos na Suécia, o microfone da tri-

buna do Senado difundiu inúmeros discursos sobre a vitória. Os pronunciamentos estão guardados no Arquivo do Senado. **4**



Geraldo Magela/Agência Senado

Relator, Vital do Rêgo lê o texto aprovado ao lado de Eduardo Cunha e Gim

Comercialização de energia pode ganhar novos prazos

Comissão mista aprovou a Medida Provisória 641/2014, que deve reduzir o custo dos insumos na produção de energia elé-

trica, beneficiando o consumidor. O texto precisa ser votado até 4 de agosto nos Plenários da Câmara e do Senado. **3**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Debatedores cobram regra de aposentadoria especial

Representantes de servidores públicos criticaram na CDH a ausência de normas para a aposentadoria especial da categoria. Segundo eles, a falta de regulamentação tem prejudicado vários funcionários

A DEMORA NA aprovação de lei para regulamentar a aposentadoria especial no serviço público foi condenada por participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na quinta-feira. Segundo representantes de sindicatos e associações, a inércia vem prejudicando quem exerce atividades de risco ou sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Os debatedores também reclamaram da ausência de norma aplicável à aposentadoria especial dos servidores com deficiência e das regras para conversão do tempo trabalhado no setor privado (sob o Regime Geral da Previdência) antes do ingresso no serviço público.

O debate foi proposto por Paulo Paim (PT-RS), que dirigiu os trabalhos. O objetivo inicial era debater a Súmula Vinculante 33, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina a aplicação aos servidores públicos das regras do regime geral, até a aprovação de lei específica. A discussão, no entanto, foi mais ampla e incluiu reivindicações de categorias que querem ter funções reconhecidas como atividade de risco.

Ações judiciais

Apesar de ter como objetivo responder à grande quantidade de ações judiciais de servidores requerendo o reconhecimento do direito à aposentadoria especial, a Súmula Vinculante 33, aprovada pelo STF em abril, foi criticada na audiência.

Para o representante da



Representante da Previdência, Nogueira fala em audiência dirigida por Paim (4º à esq.).

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Roberto Ponciano, a súmula não resolve o problema do servidor, servindo apenas para desafogar o Judiciário. A preocupação é com a dificuldade de recebimento de proventos integrais e da paridade com os servidores da ativa.

— Se pega um juiz que seja minimamente cômodo, ele nem vai estudar o caso — disse Ponciano, criticando a aplicação pura e simples da súmula pelos magistrados, sem maior cuidado em examinar o processo.

Segundo os debatedores, o servidor com deficiência também só é contemplado com a integralidade e a paridade se estiver coberto por regras de transição das sucessivas reformas previdenciárias, correlacionadas ao tempo de admissão no serviço público e não à condição física ou orgânica.

Narlon Gutierrez Nogueira, do Ministério da Previdência Social, argumentou que não se trata de uma discriminação ao servidor com deficiência.

— Na verdade, o que temos são regras permanentes fixadas na Constituição, que não

preveem a integralidade e a paridade, e algumas regras transitórias [Emendas 41 e 47, das reformas previdenciárias], que dizem as situações em que cabem integralidade e paridade — resumiu Nogueira.

Ari Heck, do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS), chegou a sugerir que o Brasil fosse denunciado à ONU pelo tratamento dado ao segmento.

Audiência pública

Narlon Nogueira disse que, na visão da Previdência, projetos de lei para instituir a aposentadoria especial com integralidade e paridade aos servidores contrariam regras constitucionais. Assim, assinalou, a saída seria aprovar nova emenda constitucional. Em relação aos servidores com deficiência, já tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 54/2013, do próprio Paim.

O senador propôs encaminhamento para realização de nova audiência pública, para debater a PEC 54/2013, que estabelece critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos.

Magistrados pedem urgência para votação da PEC 63

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes da magistratura e do Ministério Público. Eles pediram rapidez na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que permite pagar às carreiras parcela mensal de 5% a 35% do subsídio como valorização

por tempo de serviço. Renan vai consultar os líderes sobre o pedido. Faltam duas sessões de discussão em Plenário para a votação da PEC em 1º turno.

Conselho de Comunicação discute horário da Voz do Brasil

O Conselho de Comunicação Social do Congresso discute hoje, em audiência pública, a possibilidade de flexibilização do horário do programa radiofônico *A Voz do Brasil*. Há dois projetos com perspectivas opostas: o PLS 19/2011 confirma o horário atual, às 19h, e propõe que o programa se torne parte do patrimônio imaterial do país. Já o PL 595/2003 permite às emissoras escolher o horário entre 19h30 e 0h30.

Depois da audiência, o conselho deve avaliar dois pareceres técnicos. Um trata da inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão (*closed caption*) — objeto do PL 3.979/2000. Os relatores pedem o arquivamento alegando que o tema já consta de leis específicas. O segundo parecer diz respeito à liberdade de expressão no período eleitoral e à divulga-

ção de pesquisas. O parecer considera que projetos referentes ao tema (PL 7.780/2010 e PEC 57/2012) limitam a circulação de informações eleitorais.

Uma das comissões temáticas, a de Conteúdos em Meios de Comunicação, deve votar os projetos que obrigam TV e rádio a destinar minutos diários a informações sobre menores desaparecidos e questões como violência contra a mulher. Outro assunto será aplicação de recursos orçamentários para o audiovisual e a cultura.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

Tempo real:

<http://bit.ly/ccsVozBrasilEC>

Facebook:

[eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

Twitter:

[#vozdoBrasil](https://twitter.com/_e_cidadania)

TV:

www.senado.leg.br/TV

Alô Senado:

0800 612211

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Legenda

9h Conselho de Comunicação discute a inclusão de legenda oculta na programação de TV, liberdade de expressão em eleições e flexibilização da *Voz do Brasil*.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Reunião

15h Reunião administrativa da comissão temática de Conteúdos em Meios de Comunicação.

TERÇA

CMO Relatório preliminar

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votar o relatório preliminar com emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014).

QUARTA

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Pareceres

14h30 A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais analisa pareceres sobre as emendas de Plenário ao PLP 302/2014, que regulamenta o trabalho doméstico.

CPI DA PETROBRAS Depoimentos

10h15 A CPI da Petrobras ouve o gerente da estatal Glauco Colepicolo Legati e o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, José Maria Rangel.

CPI DA PETROBRAS Requerimentos

14h30 A CPI Mista da Petrobras analisa requerimentos de quebra de sigilos fiscal e telefônico. Examina ainda a solicitação de processos do TCU sobre a estatal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvia Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição:

André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Comissão mista fixa novo prazo para comercialização de energia

Texto, que precisa ser votado até 4 de agosto nos Plenários da Câmara e do Senado, pode reduzir custo do insumo, beneficiando consumidor

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 641/2014, que agilizou a integração de usinas de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN), foi aprovada com emendas na quinta-feira em comissão mista do Congresso. O projeto antecipa para o mesmo ano da licitação a entrega, para o SIN, de energia de usinas em atividade. A entrega poderá ocorrer ainda nos dois anos seguintes.

Segundo Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do relatório, o insumo terá custo menor, com benefícios para o consumidor. Agora a MP precisa

ser votada até 4 de agosto nos Plenários da Câmara e do Senado para não perder eficácia. Vital aproveitou 15 emendas de deputados e senadores.

Pelo texto aprovado, quem está com as obras atrasadas poderá ter até 18 meses para concluí-las e iniciar as operações. Empresas que prestam serviço de transporte público de tração elétrica (metrô, trem) ou de saneamento básico e que possuem vários pontos de medição poderão ter as faturas integralizadas em uma só.

Também foram aprovadas mudanças na Lei 9.074/1995,

para simplificar aprovação do registro de empreendimentos hidrelétricos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O atual limite de aproveitamento de potencial hidráulico é de mil kilowatts e, com o texto, passará a 3 mil.

Mudanças na Lei 9.427/1996 garantem, pela proposta, que o prazo de autorização para aproveitamentos hidrelétricos de 3 a 50 megawatts será de 35 anos, prorrogáveis por mais 30. Consumidores do mercado livre de energia elétrica terão acesso às cotas de energia gerada por emprendimen-

tos cujas concessões foram renovadas pelas regras da Lei 12.783/2013. Isso significa que não só consumidor regulado — que não pode escolher de quem comprar a energia —, mas também o consumidor livre, que escolhe o fornecedor (como grandes indústrias e alguns shoppings centers), passarão a ter direito a cota, pagando menos pela energia.

A exigência de licença ambiental prévia para construção de hidrelétricas foi estabelecida. Empreendimentos hidrelétricos ou com base em fontes solar, eólica e biomassa não perderão desconto caso ultrapassem o limite estabelecido.

O texto contém incentivos fiscais aos produtores de bebidas, modifica a legislação aduaneira e expande benefícios fiscais para a indústria automobilística nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também possibilita o parcelamento de débitos não tributários, administrados e cobrados pela Procuradoria-Geral da República. E dispensa honorários advocatícios nas ações que sejam extintas em razão desse parcelamento.

Pimentel: CPI pode sugerir mudanças na lei do petróleo

Após ouvir a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, o relator da CPI da Petrobras no Senado, José Pimentel (PT-CE), disse ser necessário atualizar o valor das multas por acidentes ambientais e falhas de segurança.

— O valor das multas previstas na legislação dos anos 90 terminou ficando em certo descompasso, comparando-se com o que existe em outros países — afirmou Pimentel.

O senador ressaltou que a CPI visa não só investigar supostas irregularidades na Petrobras, mas atualizar a legislação do setor.

— Agora, após esse depoimento, temos a clareza da necessidade de alterarmos também a legislação que trata das multas e da fiscalização — disse.

Segundo Magda, desde 2010 a ANP aplicou R\$ 180 milhões em multas. Quase 80% desse valor foi pago sem questionamento, portanto, com 30% de desconto previsto em lei. O restante foi questionado na Justiça.



Relator da medida provisória, Vital do Rêgo (C) explica parecer ao senador José Pimentel e ao deputado Eduardo Cunha

Paim registra sanção do Plano Nacional de Educação

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na quinta-feira que o Plano Nacional de Educação, recém sancionado pela presidente Dilma Rousseff, é passo importante para garantir ensino de qualidade nos próximos anos.

Entre as metas previstas no PNE, ele mencionou o aumento de recursos para a educação. Em dez anos, os investimentos deverão subir de 5,3% para 10% do PIB.

Paim afirmou que o PNE vai gerar uma verdadeira revolução na educação brasileira, tornando realidade a tão sonhada justiça social.

— A ampliação do acesso às escolas e a melhoria do ensino, objetivos traçados de forma tão singela, mas tão detalhada, pelo PNE devem dar esse grande salto na educação. Devem também diminuir a distância entre os pobres e os ricos, já que os bancos escolares determinam o futuro profissional da nossa juventude — disse.



Suplicy elogia Minha Casa, Minha Vida e Mais Médicos

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a entrega de 5.460 moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida realizada na semana passada em dez municípios de sete estados e no Distrito Federal.

Segundo ele, o governo considera possível a contratação de 3 milhões de moradias na próxima fase do programa.

Suplicy disse ainda que o Programa Mais Médicos é um sucesso, alcançando atualmente 49 milhões de brasileiros, um quarto da população.

De acordo com o senador, participam hoje do programa cerca de 14 mil médicos, entre brasileiros, cubanos, portugueses, argentinos e de outras nacionalidades, que realizam atendimentos em mais de 4 mil municípios.



Ana Amélia pede ação rápida contra enchentes

Ana Amélia (PP-RS) informou ter participado, na quinta-feira, de reunião de parlamentares e prefeitos gaúchos com representantes do governo federal para discutir medidas emergenciais de socorro aos municípios atingidos pelas chuvas.

A senadora destacou que as enchentes bateram recordes históricos nos últimos dias e que o Sul sofre com destruição de casas e estradas, e prejuízos incalculáveis na agricultura.

Segundo ela, o governo do estado editará um decreto de calamidade pública de caráter coletivo para diminuir a burocracia e agilizar a ajuda do governo federal.

— Essa é uma forma, em caráter emergencial, de socorrer as prefeituras — disse.



Ruben Figueiró resalta riquezas do Pantanal

Ruben Figueiró (PSDB-MS) ressaltou, na quinta-feira, as riquezas do Pantanal, em Mato Grosso. O parlamentar disse que a região é caracterizada por peculiaridades extraordinárias, que precisam ser conhecidas pelos brasileiros.

Ele destacou, além da grande biodiversidade do Pantanal, o patrimônio imaterial das festas religiosas, da música e da culinária da região.

— O Pantanal, além da sua riqueza natural, que embevece todos aqueles que lá vão, tem, também, um fundo cultural intenso — disse o senador.

Ruben Figueiró lembrou que, na atuação dele na Assembleia Nacional Constituinte, foi autor do dispositivo que classifica o Pantanal como patrimônio nacional.



Cristovam lembra morte de Brizola e lamenta perda

Ao lembrar os dez anos da morte de Leonel Brizola, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, se vivo estivesse, o fundador do PDT não permitiria que os partidos fizessem coligações inimagináveis antes.

Para ele, os partidos de esquerda eram diferentes e não faziam coligações como as de hoje, com as quais se tornaram iguais aos demais.

— Eu lamento muito, como todos os brasileiros que conhecem a história, a perda de Brizola. Mas eu lamento ainda mais hoje, dez anos depois. Naquele momento, foi um ser humano que faleceu; hoje, não foi apenas um ser humano, mas foi um líder que desapareceu, em um momento em que o Brasil tanto precisa — lastimou.



Vanessa comenta pesquisa sobre Copa e avaliação de Dilma

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comentou pesquisa do Datafolha, divulgada na quarta-feira, indicando que o humor dos brasileiros melhorou com a Copa do Mundo e, ao mesmo tempo, a avaliação positiva da presidente da República aumentou. Para a senadora, essa conclusão é equivocada, pois a avaliação da presidente era negativa antes da Copa por causa do caos em que se transformaria o país, anunciado pela imprensa nos meses que antecederam o mundial.

— A partir do fato ocorrido, a população tem elementos reais para a própria conclusão.

Pela pesquisa, 63% dos 2 mil entrevistados disseram ser favoráveis à Copa do Mundo, enquanto que há um mês, esse índice era de 51%.

Senadores vibraram na conquista da 1ª Copa

Discursos feitos em 1958 mostram parlamentares emocionados por causa do 1º título do Brasil

Ricardo Westin

NA FINAL DA Copa da Suécia, em 1958, entre brasileiros e suecos, o protagonista foi um jogador novato. Pelé tinha só 17 anos e nunca havia viajado para o exterior. Ele foi autor de dois gols, incluindo o derradeiro do Mundial. No finzinho do jogo, ao ver que sua cabeçada havia levado a bola à rede, não resistiu à emoção e tombou desfalecido. Pelé acordou pouco depois, campeão, e se derramou em lágrimas. Naquele 29 de junho de 1958, o placar terminou em 5 a 2, uma goleada dos brasileiros.

Acompanhando tudo pelo rádio — a TV não tinha tecnologia para transmitir a Copa ao vivo —, os brasileiros viveram a mesma emoção de Pelé. Foi um domingo de delírio no país. A taça do mundo era finalmente nossa. Com o primeiro título, sepultavam-se o fiasco de 1954 (eliminação nas quartas de final) e principalmente o de 1950 (derrota no Maracanã).

O Senado se deixou contagiar pelas comemorações.

Nos dias que se seguiram, não houve senador que usasse o microfone da tribuna sem fazer referência à vitória. Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) disse que o domingo havia sido “um grande dia para todos os corações brasileiros”:

— Depois de tantos anos, de tantos esforços, vimos afinal coroados de êxito os nossos propósitos. Conseguimos um triunfo deveras notável. Essa vitória testemunhou as qualidades inexcitáveis de nossa raça.

O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF) se derramou em elogios à Seleção. Na avaliação dele, Pelé, Garrincha, Zagallo e companhia portaram-se em todas as partidas com “elegância, correção e disciplina”.

— Devemos gratidão a esses rapazes, que elevaram bem alto o nome e a bandeira do Brasil — afirmou.

Nas palavras de Neves da Rocha (PTB-BA), os “valerosos patrícios” fizeram a Europa “curvar-se ante o Brasil”.

Os discursos de 1958 estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília. Os documentos são mantidos em salas com controle de umidade e temperatura para impedir a proliferação de fungos que danificam papéis antigos. Na época em que os discursos foram proferidos, o Senado funcionava no Palácio Monroe, no



O presidente Juscelino Kubitschek cumprimenta Bellini, o capitão de 1958: título sepultou fiascos de 1950 e 1954

Rio, então Distrito Federal. A transferência da capital para Brasília se daria em 1960.

Quatro dias após a vitória, a delegação brasileira foi recebida com festa no Aeroporto do Galeão e desfilou em carro aberto pelo Rio. Bellini, o capitão da Seleção, exibia a Taça Jules Rimet. Milhares de cariocas aplaudiram os jogadores. Na tribuna do Senado, Ezechias da Rocha (PR-AL) descreveu como “apoteótica” a recepção aos “heróis de Estocolmo”:

— A história da cidade nunca havia registrado uma manifestação popular de tais proporções, de tanta alegria e entusiasmo, de tanta efusão patriótica. Delirou a alma da nação.

Gilberto Marinho (PSD-DF) disse que os cariocas deram as boas-vindas aos campeões “em nome dos 60 milhões de brasileiros espalhados por todos os recantos do país”. De acordo com ele, a partir daquele momento, o futebol brasileiro nunca mais seria o mesmo:



Bellini, Zagallo, Garrincha e Nilton Santos comemoram vitória na Suécia

— Nos campos da Europa, esses jovens patrícios fizeram a afirmação de nossa maioridade esportiva.

Na avaliação do senador Gomes de Oliveira (PTB-SC), aquela vitória também precisaria ser vista “sob o aspecto da propaganda”, pois atraiu os olhos de todo o mundo para o Brasil. Ele afirmou que o futebol é importante por ensinar a disciplina e o esforço coletivo, mas fez uma ressalva:

— O futebol, o mais popular dos esportes nacionais,

não será, decerto, em si, o mais conveniente à educação física.

Hoje, 56 anos depois, uma afirmação assim provocaria, no mínimo, estranhamento. Naquele tempo, ao contrário, soava perfeitamente natural. Segundo o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, autor do livro *Feliz 1958 — o ano que não devia terminar* (Editora Record), o futebol era visto com preconceito:

— Era tido como um esporte de negros, de pobres. Dizia-se que o Brasil havia perdido a Copa de 1950 porque a base da Seleção eram jogadores negros que haviam se acovardado na final. Havia o boato de que Bigode [brasileiro], que era negro, havia levado uma bofetada de Obdulio Varela [uruguaio] sem revidar, no jogo decisivo, o que teria abalado a equipe. É tudo mentira, coisa do preconceito. Na realidade, a vitalidade do futebol brasileiro se deve justamente aos jogadores negros.

Veja vídeo com imagens de 1958 e entrevista com Joaquim Ferreira dos Santos: <http://bit.ly/primeiraCopa>



Senador Ezechias da Rocha: “Rio fez recepção apoteótica aos jogadores”



Gomes de Oliveira: “Futebol não é o mais conveniente à educação física”

“1958 foi o ano em que tudo deu certo para o Brasil”, afirma jornalista

Em 1950, quando foi anfitrião da Copa do Mundo pela primeira vez, o Brasil era um país rural e sem autoestima. Em 2014, quando abriga o Mundial pela segunda vez, é um país diferente — urbano e orgulhoso de seus talentos. A transição do Brasil antigo para o Brasil moderno começou em 1958, de acordo com o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, autor do livro *Feliz 1958 — o ano que não devia terminar* (Editora Record).

— Foi o ano em que tudo deu certo. O Brasil ganhou a Copa do Mundo pela primeira vez. João Gilberto lançou *Chega de Saudade*, o disco fundador da bossa nova. A revista *Manchete* apresentou fotos belas da colunata do Palácio da Alvorada pronta, mostrando que Brasília, em construção, se tornaria mesmo realidade, e não mais uma lenda brasileira que não se confirmaria. A arquitetura de Niemeyer causava espanto internacional. Em 1958, o Brasil assistia

a *Rio Zona Norte*, o primeiro filme de Nelson Pereira dos Santos, que inaugurou o Cinema Novo. O Brasil se industrializava.

Na avaliação do jornalista, essa sequência de “conquistas” em 1958 fez nascer um orgulho brasileiro que não existia antes.

— Até então, não havia nada que tornasse o Brasil celebridade internacional. Ali, o Brasil passou a ser reconhecido não pela miséria e pelo subdesenvolvimento, mas pelo talento do futebol, pela sofisticação da música, pela beleza da arquitetura. Nós nos tornamos internacionais pela primeira vez.

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.